



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003142-07.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **MARIA JULIETA TROYA**
 Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora almeja ao ressarcimento dos danos morais que a ré lhe causou ao suspender sem justificativa o fornecimento de energia elétrica em seu imóvel durante três dias.

O documento de fl. 37 prestigia a versão exordial.

Nele, a própria ré admite que incorreu em equívoco ao efetuar o corte de energia elétrica no imóvel da autora, de sorte que inexistente controvérsia a propósito dessa questão.

Resta então saber se a autora faz jus ao recebimento da indenização postulada.

Entendo que na hipótese vertente ela sofreu danos morais passíveis de reparação.

As regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) denotam a importância que a energia elétrica assumiu em nosso cotidiano.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Diversos aparelhos domésticos funcionam exclusivamente em decorrência dela e até atividades mais mezinhas (como tomar um banho, por exemplo) são viabilizadas por seu intermédio.

Isso já permite vislumbrar os desgastes de vulto a que foi exposta a autora quando por três dias consecutivos foi privada do uso de energia elétrica em sua residência.

Qualquer pessoa mediana que estivesse na sua posição experimentaria sentimento semelhante, ultrapassando a situação posta em larga medida os meros dissabores próprios da vida cotidiana ou o simples descumprimento contratual.

Estão configurados, pois, os danos morais causados à autora.

Outrossim, pouco importa saber se a falha da ré teve ligação com ação de outrem porque isso não a eximiria da responsabilidade por interromper a energia elétrica à autora indevidamente.

Poderá quando muito voltar-se regressivamente contra quem repute o causador do episódio, mas isso não projeta reflexos à autora.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado a fl. 01, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 17 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**